



TSE



Simulado Final

TSE Unificado

**Analista Judiciário - Área
Administrativa - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TSE Unificado (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/1YNBozqhbChu5WyCA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/PuUM>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

“A Complexa Questão da Violência nas Grandes Cidades:
Desafios e Perspectivas

Texto GCHI

A violência nas grandes cidades é um problema que persiste e desafia as sociedades urbanas em todo o mundo. Trata-se de um fenômeno multifacetado e complexo que envolve uma série de fatores interconectados, tornando sua solução uma tarefa hercúlea. Nesse contexto, é essencial analisar as razões subjacentes à persistência da violência urbana e as dificuldades associadas à sua resolução.

Primeiramente, a urbanização crescente tem contribuído para a concentração de pessoas em áreas urbanas densamente povoadas. Esse processo, embora traga consigo muitos benefícios, também pode criar condições propícias para o aumento da violência. A competição por recursos, oportunidades limitadas de emprego, segregação socioeconômica e a formação de áreas marginalizadas são algumas das consequências da urbanização desordenada que alimentam a violência nas cidades.

Além disso, a presença de organizações criminosas é um fator significativo na perpetuação da violência urbana. Essas organizações muitas vezes exploram a vulnerabilidade de áreas carentes de recursos e exercem controle sobre territórios urbanos, perpetuando um ciclo de criminalidade difícil de quebrar. As estratégias para lidar com essas organizações variam em complexidade e requerem cooperação entre as autoridades policiais e judiciais.

Outro desafio é a falta de acesso a serviços públicos de qualidade, como educação, saúde e habitação. A desigualdade social nas grandes cidades pode criar um ambiente propício ao desespero e à criminalidade, já que indivíduos em situações precárias podem se sentir excluídos e desamparados. Resolver a violência urbana envolve, portanto, investimentos em programas sociais

que promovam a inclusão e o bem-estar nas comunidades mais afetadas.

A corrupção dentro das instituições públicas também é um obstáculo à solução do problema da violência urbana. Quando a confiança nas autoridades é minada pela corrupção, as comunidades podem ser menos propensas a cooperar com a aplicação da lei, o que dificulta a prevenção e a resolução de crimes.

Em relação às soluções, é importante reconhecer que não existe uma abordagem única e universalmente eficaz para lidar com a violência nas grandes cidades. Em vez disso, é necessário um esforço multifacetado que combine políticas de segurança pública, investimentos em educação, criação de oportunidades de emprego, programas de reabilitação para infratores e uma abordagem holística que considere a raiz socioeconômica da violência.

Em conclusão, o problema da violência nas grandes cidades é um desafio complexo e persistente que afeta comunidades em todo o mundo. A urbanização desordenada, a presença de organizações criminosas, a desigualdade social, a corrupção e a falta de acesso a serviços públicos de qualidade são alguns dos fatores que contribuem para esse fenômeno. No entanto, com abordagens abrangentes que envolvam a sociedade, o governo e as instituições, é possível enfrentar e reduzir a violência nas grandes cidades, promovendo um ambiente mais seguro e próspero para todos os seus habitantes.

- 01.** Conforme as informações presentes no texto, abordagens multifacetadas vêm reduzindo a violência e promovendo ambientes urbanos mais seguros.
- 02.** Segundo o texto, investimentos em programas sociais constituem uma forma de se mitigar a violência.
- 03.** No segmento ‘Outro desafio é a falta de acesso a serviços públicos de qualidade.’, se fosse inserido o acento de crase no ‘a’, após ‘acesso’, a correção gramatical seria prejudicada.

- 04.** A expressão 'Trata-se de um fenômeno multifacetado e complexo', poderia ser reescrito da seguinte forma, mantendo a correção gramatical o sentido original do texto: 'A violência se trata de um fenômeno diversificado e difícil'.
- 05.** No início do sexto parágrafo, a oração 'que não existe uma abordagem única e universalmente eficaz para lidar com a violência nas grandes cidades' exerce a função de sujeito na oração de que faz parte.
- 06.** No terceiro período do primeiro parágrafo, o acento grave de crase é facultativo nas duas ocorrências.
- 07.** No final do segundo parágrafo, a flexão de singular do verbo 'alimentam' (alimenta) manteria a correção gramatical e a coerência do texto.
- 08.** No penúltimo período do quarto parágrafo, a expressão causal 'já que' poderia ser substituída por 'porquanto'.
- 09.** No segundo parágrafo, a expressão 'tem contribuído' pode ser substituída corretamente por 'vem contribuindo', com manutenção do sentido original.
- 10.** No último período do penúltimo parágrafo, a preposição 'para' indica finalidade.

Texto GCHJ

A Importância de Jovens Empreenderem

O empreendedorismo jovem tem se consolidado como uma força transformadora no cenário global. Em um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo, a capacidade de inovar e criar soluções para problemas

reais tornou-se uma habilidade fundamental. Quando os jovens empreendem, não apenas contribuem para o crescimento econômico, mas também impulsionam mudanças sociais significativas.

Primeiramente, o empreendedorismo jovem promove a autonomia e o protagonismo. Jovens que assumem o desafio de criar e gerir seus próprios negócios desenvolvem habilidades como liderança, gestão de recursos e resiliência. Além disso, a experiência de empreender desde cedo ensina a lidar com riscos e fracassos, habilidades indispensáveis para qualquer carreira ou projeto de vida.

Outro aspecto relevante é a contribuição para a geração de empregos e o fortalecimento da economia. Startups e pequenos negócios liderados por jovens têm o potencial de criar oportunidades de trabalho em comunidades locais, estimulando a economia regional e reduzindo índices de desemprego. Além disso, a criatividade característica dos jovens muitas vezes resulta em soluções disruptivas, que desafiam modelos de negócios tradicionais e promovem a modernização de diversos setores.

A sociedade também se beneficia do empreendedorismo juvenil. Muitos jovens estão à frente de iniciativas com forte impacto social e ambiental, abordando questões como sustentabilidade, inclusão e igualdade. Esses projetos não apenas geram lucro, mas também promovem melhorias tangíveis na qualidade de vida das pessoas e na preservação do meio ambiente.

Por fim, é fundamental ressaltar o papel das políticas públicas e do acesso à educação no fomento ao empreendedorismo jovem. Investir em capacitação, mentorias e acesso a crédito é essencial para que mais jovens se sintam encorajados e preparados para empreender. A criação de um ambiente favorável à inovação permite que eles desenvolvam plenamente seu potencial e colaborem para um futuro mais próspero e justo.

Assim, ao incentivar os jovens a empreender, estamos plantando as sementes de um mundo mais inovador, inclusivo e sustentável. Empreender não é apenas abrir um negócio, mas construir um legado de impacto positivo, algo que os jovens estão especialmente preparados para fazer.

11. A vírgula no segundo período do primeiro parágrafo é de uso facultativo.
12. Infere-se do texto que negócios liderados por jovens geram empregos, fortalecem a economia e trazem soluções inovadoras para diferentes setores, mas afastam os jovens do ambiente acadêmico.
13. No período 'Quando os jovens empreendem, não apenas contribuem para o crescimento econômico, mas também impulsionam mudanças sociais significativas', a expressão 'mas' apresenta ideia de oposição e pode ser substituída por '**porém**'.
14. No início do quarto parágrafo, se a partícula 'se' fosse deslocada para depois do verbo 'beneficia', seria provocada uma incorreção gramatical.
15. No segundo parágrafo, a expressão "**protagonismo**" é um substantivo abstrato que remete à ideia de **liderança e autonomia**.
16. No trecho "*Ao incentivar os jovens a empreender, estamos plantando as sementes de um mundo mais inovador, inclusivo e sustentável*", o período é iniciado por uma oração condicional.
17. No quinto parágrafo, a expressão 'é essencial' poderia ser reescrita 'são essenciais', mantendo-se a correção e a coerência do texto, visto que passaria a concordar com o sujeito composto anteriormente expresso.
18. No último período do texto, o termo 'legado' poderia ser substituído por 'presente', mantendo-se o sentido original do texto em questão.

19. No segundo período do segundo parágrafo, poderia ser inserida corretamente uma vírgula após 'negócios'.
20. No último período do segundo parágrafo, o verbo 'lidar' poderia ser substituído corretamente por 'enfrentar'.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

A respeito da lei 4.737/1965, julgue os itens abaixo

21. O eleitor que deixar de votar e não justificar ou pagar a multa não poderá, entre outras coisas, tomar posse em cargos públicos, obter passaporte e nem renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial.
22. Se o eleitor tiver mais de uma residência ou moradia, qualquer delas poderá ser considerada como domicílio para efeito de inscrição.
23. **Caso:** João é Ministro do Superior Tribunal de Justiça e foi escolhido pelo Tribunal, em votação secreta, para compor o Tribunal Superior Eleitoral. Dias após, o Presidente da República escolheu um entre três nomes de advogados de uma lista formulada pelo Supremo Tribunal Federal. Ocorre que, antes da posse, constatou-se que o advogado é primo de João. **Assertiva:** No caso narrado, não haverá impedimento para que o advogado seja nomeado, porque a vedação alcança somente parentesco até o segundo grau civil.

João é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Alfa e foi escolhido, pela segunda vez consecutiva, para exercer atribuição de Juiz de Tribunal Regional Eleitoral por dois anos. Maria, esposa de João, após a homologação da convenção partidária, teve seu nome confirmado para concorrer a uma vaga de Deputada Federal pelo Estado Alfa.

A respeito do caso narrado, julgue os itens 24 e 25.

24. João não poderá servir à Justiça Eleitoral por novo biênio consecutivo, pois o tempo limite é de dois anos seguidos.

25. A partir do momento em que Maria teve a confirmação de seu nome em virtude da homologação da convenção partidária, João ficou impedido de servir à Justiça Eleitoral no Estado Alfa.

A respeito das competências dos órgãos da Justiça Eleitoral, julgue os itens abaixo.

26. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos e de candidatos à Presidência e vice-presidência da República e membros do Congresso Nacional.

27. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral processar e julgar originariamente os conflitos positivos de competência entre o Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins e Juiz Eleitoral de Goiás.

28. Compete ao Tribunal Regional Eleitoral dividir a circunscrição em zonas eleitorais. Compete aos juízes eleitorais dividir a zona em seções eleitorais.

A respeito da Lei 9.504/1997, julgue os itens abaixo.

29. Os partidos políticos podem celebrar coligações para eleição majoritária. A coligação terá denominação própria, mas não poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato.

30. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de um ano e estar com a filiação deferida pelo partido pelo prazo mínimo de seis meses.

31. O Estado Alfa, em 2026, elegerá 37 deputados federais. Os partidos políticos, em Alfa, poderão registrar cada um até 38 candidatos para a Câmaras dos deputados. Do total de vagas, cada partido preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Se a divisão não for exata, a fração superior a meio deverá ser igualada a um e a inferior deverá ser desprezada.

A respeito da Lei 9.096/1995, analise os itens abaixo.

32. É assegurada ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, desde que cumpram as determinações do Tribunal Superior Eleitoral quanto à fidelidade partidária.

33. Os partidos políticos são criados por lei e detém personalidade jurídica de direito público.

A respeito da Resolução TSE 23.659/2021, julgue os itens abaixo.

34. O brasileiro, nato ou naturalizado, que não fizer o alistamento eleitoral até os 19 anos incorrerá em multa a ser imposta pelo juízo eleitoral e cobrada no ato do alistamento.

35. A transferência será realizada quando a pessoa desejar alterar seu domicílio eleitoral. A transferência só será admitida se, da última transferência, tiver decorrido pelo menos um ano.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca do regime constitucional e das disposições doutrinárias dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

36. Caso um servidor do Poder Judiciário da União seja eleito deputado, em seu estado natal, não será possível optar pela remuneração mais vantajosa nem acumular as atribuições do cargo efetivo com o mandato eletivo, ainda que haja compatibilidade de horários.

37. O particular convocado para atuar como mesário eleitoral não pode ser considerado agente público, mas apenas particular que colabora com o Estado, diante da ausência de vínculo formal com a administração pública.

Julgue os itens a seguir sobre as empresas estatais e o controle da administração pública.

38. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por sua natureza, não podem gozar dos mesmos privilégios tributários e

processuais das autarquias, como a imunidade tributária recíproca, ainda que atuem na prestação de serviços públicos em caráter não concorrencial.

39. O Tribunal de Contas da União exerce controle externo, possuindo competência para assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em atos ou contratos administrativos.

A Secretaria de Saúde de um estado pretende alienar um imóvel que não é mais utilizado e, para isso, identificou que o melhor caminho seria realizar a alienação como pagamento de uma dívida existente com uma construtora contratada para reforma de um hospital. A construtora aceitou receber o imóvel como quitação parcial do débito.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições da Lei nº 14.133/21, julgue o item a seguir.

40. Nesse caso, a alienação do imóvel pela administração para a quitação da dívida com a construtora configura hipótese de licitação dispensada.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir:

41. Possui aplicabilidade imediata e possivelmente não integral a norma constitucional segundo a qual é vedado aos entes federativos estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou de aliança.

42. Constitui norma programática o dispositivo constitucional segundo o qual os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, podendo a lei restringir a presença em determinados casos.
43. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em ambas as Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de discussão e votação, pelo voto de 3/5 dos membros da Casa, têm poder de modificar ou revogar normas constitucionais, respeitadas as cláusulas pétreas.

No que diz respeito à organização dos Poderes, julgue os seguintes itens:

44. Compete à Justiça Eleitoral processar e julgar crime eleitoral conexo com crime comum.
45. É vedada a remoção de magistrados, exceto, apenas, nos casos de decisão do tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, em ambos os casos por maioria absoluta.
46. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente, processar e julgar os conflitos federativos, qualquer que seja a causa de pedir.
47. Contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral que contrariar dispositivo constitucional cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.
48. O Conselho Nacional de Justiça, que tem sede na Capital Federal, possui atribuição para fiscalizar todo o Poder Judiciário brasileiro, com exceção do STF.
49. É papel constitucional do Ministério Público defender o ordenamento jurídico, o regime democrático e os direitos sociais e individuais

indisponíveis, de modo que lhe é vedado atuar em defesa de direitos individuais homogêneos.

50. Em casos de relevância e urgência, o Presidente da República pode editar medida provisória alterando regras do Código Civil, da Consolidação das Leis do Trabalho ou do Código Eleitoral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

51. A abordagem sistêmica, descritiva e explicativa, possui uma visão multimotivacional, multidimensional e dinâmica e defende a visão do homem complexo, que desempenha um papel específico, inter-relacionado aos demais indivíduos.
52. A administração científica, desenvolvida com os trabalhos de Taylor, adotou um sistema de controle baseado na exceção positiva e negativa.
53. A atribuição de autoridade deve ser proporcional ao nível de responsabilidade, pois se um chefe tiver mais responsabilidade que autoridade pode levar os subordinados a não aceitarem as decisões.
54. A escolha do grau de amplitude administrativa depende de algumas condições, a exemplo da maior capacidade e especialização dos subordinados que demandam uma amplitude administrativa mais larga.
55. A escola do design contribuiu para o processo de concepção e formação de estratégias, por meio de uma visão emergente e incremental, com base retrospectiva.

56. O modelo de forças competitivas de Porter defende que as barreiras de saída e de entrada altas constituem o melhor cenário para a diminuir a intensidade de rivalidade entre os concorrentes.
57. A modelagem de processos de negócios, também chamada de identificação, envolve um conjunto de atividades na criação de representações de um processo existente ou proposto, descrevendo o seu funcionamento de maneira completa e precisa.
58. O gerenciamento de portfólios é um processo descentralizado de um ou mais portfólios, projetos, programas, operações gerenciadas em grupo, visando o alcance dos objetivos estratégicos.
59. No processo decisório, a heurística da representatividade é um viés cognitivo baseado em estereótipos, modelos ou analogias. Um exemplo é fazer um julgamento baseado em roupas, tatuagens ou acessórios de uma pessoa.
60. O recrutamento interno tende a ser menos dispendioso que o recrutamento externo, além de ser mais rápido e mais seguro. No entanto, pode levar ao princípio de Peter e a descapitalização do patrimônio humano, se feito em termos globais.
61. Os testes psicológicos ou psicométricos avaliam traços de personalidade e de caráter e possuem três características básicas: predição, validade e precisão.
62. A descrição do cargo envolve os fatores de especificação, como requisitos físicos, mentais, responsabilidades envolvidas e condições de trabalho.
63. Atualmente, a área de gestão de pessoas deve atuar nos três níveis organizacionais, contribuindo no nível estratégico de forma a descentralizar uma

parcela de suas atividades para os gerentes, que devem atuar como gestores de pessoas.

64. A motivação, no sentido psicológico, é a tensão persistente, resultado de uma necessidade insatisfeita que impede que a tensão seja liberada, levando o indivíduo a comportamentos, com efeitos psicológicos e fisiológicos.
65. Em situações nas quais o subordinado se depara com tarefas estruturadas e apresenta locus de controle externo, o melhor estilo de liderança é o apoiador.

ORÇAMENTO

Leandro Ravyelle

66. A intervenção direta do Estado, via orçamento público, ou sua intervenção indireta, mediante empresas estatais atuando em políticas regulatórias e normativas, viabiliza o uso da função estabilizadora do governo na atividade econômica.
67. O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento que organiza e viabiliza dos programas governamentais, orientando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).
68. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) possui como uma de suas funções primordiais detalhar as metas fiscais do exercício financeiro e os critérios para limitação de empenho, quando necessária.
69. O orçamento público, como instrumento de planejamento governamental, é regido pelo princípio da anualidade, sendo vedada a execução de qualquer despesa que não esteja vinculada ao orçamento do respectivo exercício financeiro.

70. A exclusividade é um princípio orçamentário que impede que a Lei Orçamentária Anual (LOA) inclua matérias estranhas à previsão de receitas e fixação de despesas, salvo autorizações para operações de crédito e criação de programas governamentais.

71. No ciclo orçamentário, a fase de controle e avaliação ocorre exclusivamente após a execução orçamentária, sendo dispensável para os entes federativos que cumprem as metas fiscais previstas.

72. O princípio da transparência justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

73. Decorre do princípio da programação a necessidade de especificar o local onde as ações serão promovidas, notadamente os investimentos públicos.

74. O princípio da padronização funciona como um elemento importante para que as informações contidas na peça orçamentária possam ser devidamente compreendidas e analisadas pelas partes interessadas.

75. O princípio da universalidade determina que a LOA contenha todas as receitas e despesas públicas, incluindo aquelas realizadas pelas empresas estatais independentes.

76. A função distributiva do orçamento público tem como principal objetivo a redução das desigualdades regionais e sociais por meio da alocação de recursos em áreas prioritárias.

Gabarito: Certo

Comentário:

A função distributiva do orçamento visa reduzir desigualdades regionais e sociais, promovendo equidade por meio de políticas públicas que favoreçam áreas e grupos menos favorecidos, conforme doutrina.

77. Os programas de duração continuada são incluídos na LOA de forma independente do PPA, não sendo obrigatória sua compatibilidade com as diretrizes definidas no plano plurianual.

78. A LDO é o instrumento que detalha as ações governamentais a serem executadas no exercício financeiro, discriminando receitas e despesas por função e subfunção.

79. Ainda que o formato de elaboração do orçamento público participativo seja variável, ele é um mecanismo governamental de democracia participativa.

80. O modelo de orçamento público brasileiro é impositivo ao Poder Executivo.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

81. A estrutura organizacional funcional é adequada para organizações que necessitam de alta especialização em suas atividades.

82. A departamentalização por produtos é indicada para empresas que produzem uma única linha de produtos com pouca variação.

- 83.** O planejamento tático é intermediário entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, traduzindo os objetivos estratégicos em metas para departamentos ou áreas específicas.
- 84.** A função de direção no processo organizacional é responsável por definir os recursos financeiros, materiais e humanos necessários para alcançar os objetivos organizacionais.
- 85.** A comunicação eficaz é essencial para alinhar os colaboradores aos objetivos estratégicos e reduzir resistências em processos de mudança organizacional.
- 86.** Na gestão de processos, a visão funcional é preferida quando o objetivo é otimizar o fluxo de atividades entre diferentes departamentos.
- 87.** O ciclo PDCA é amplamente utilizado para garantir a melhoria contínua na gestão da qualidade.
- 88.** O empreendedorismo governamental busca incentivar a inovação no setor público, promovendo soluções criativas para problemas sociais e administrativos.
- 89.** A gestão de resultados na produção de serviços públicos é focada exclusivamente na redução de custos operacionais.
- 90.** A acessibilidade nos serviços públicos deve incluir tanto a adaptação física quanto o acesso a informações, comunicação e tecnologias.
- 91.** A gestão de resultados na produção de serviços públicos busca alinhar as metas organizacionais às necessidades dos cidadãos, medindo o impacto das políticas públicas.

- 92.** A departamentalização por clientes é utilizada para organizações que atendem a um público homogêneo, com características e necessidades semelhantes.
- 93.** As novas lideranças no setor público devem promover inovação, adaptabilidade e o uso de dados para a tomada de decisões estratégicas.
- 94.** A avaliação de políticas públicas é essencial para medir o impacto dos programas implementados e ajustar estratégias para melhores resultados.
- 95.** A liderança no setor público moderno deve ser baseada em práticas participativas e no uso de dados para orientar decisões estratégicas.

GESTÃO DE PESSOAS

Douglas Schneider

Julgue o item subsequente, acerca dos conceitos fundamentais de gestão de pessoas e sua importância para as organizações.

- 96.** Em uma organização de tecnologia, a área de gestão de pessoas decide implementar um programa de treinamento de equipes sem considerar as metas estratégicas da empresa, o que demonstra que essa função pode operar de maneira independente dos demais sistemas organizacionais.

Julgue os itens a seguir, no que se refere aos fundamentos, teorias e escolas da administração e seu impacto na gestão de pessoas.

97. A teoria clássica da administração influenciou a gestão de pessoas ao propor a divisão do trabalho e a especialização como formas de aumentar a eficiência organizacional, embora não considerasse aspectos psicológicos e sociais dos trabalhadores.

Julgue os itens a seguir, relativos à função do órgão de recursos humanos, suas atribuições básicas, objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais.

98. Os sistemas de informações gerenciais em recursos humanos têm como foco principal o registro de dados operacionais dos colaboradores, sendo pouco relevantes para a formulação de políticas estratégicas.

Julgue os itens a seguir, relativos ao papel da liderança na gestão de pessoas.

99. A liderança situacional, desenvolvida por Hersey e Blanchard, pressupõe que o líder pode adotar dois diferentes estilos de liderança para ser eficaz, independentemente do nível de maturidade de seus liderados.

100. O líder autocrático tende a centralizar a tomada de decisões e a supervisionar de perto as atividades dos subordinados, sendo uma abordagem eficaz em situações de crise ou emergência.

Julgue os itens a seguir, relativos à motivação no contexto da gestão de pessoas.

101. De acordo com a teoria das necessidades de Maslow, todas as categorias de necessidades

humanas — fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização — motivam simultaneamente os colaboradores no ambiente organizacional.

102. A teoria dos dois fatores, proposta por Herzberg, sugere que os fatores higiênicos, como salário e condições de trabalho, são suficientes para motivar os colaboradores, desde que estejam adequadamente presentes.

Julgue os itens a seguir, relativos à qualidade de vida no trabalho (QVT) no contexto da gestão de pessoas.

103. A qualidade de vida no trabalho (QVT) está diretamente associada apenas a benefícios tangíveis, como salários e benefícios financeiros, não incluindo aspectos como ambiente organizacional ou relações interpessoais.

104. A promoção de qualidade de vida no trabalho pode impactar positivamente os índices de produtividade organizacional, reduzindo absenteísmo e rotatividade, ao mesmo tempo em que aumenta o engajamento dos colaboradores.

Julgue os itens a seguir, relativos à gestão por competências no contexto da gestão de pessoas.

105. A gestão por competências é uma abordagem que visa identificar, desenvolver e alinhar as competências dos colaboradores com as necessidades estratégicas da organização, contribuindo para sua vantagem competitiva.

106. Na gestão por competências, as competências técnicas são os únicos fatores avaliados e desenvolvidos, pois são os principais indicadores de desempenho organizacional.

107. A adoção da gestão por competências exige que a organização estabeleça um sistema de avaliação que permita medir e acompanhar o desenvolvimento dos colaboradores, criando indicadores que promovam o alinhamento entre desempenho e objetivos organizacionais.

Julgue o item a seguir, relativo às tendências em gestão de pessoas no setor público.

108. Em um órgão público, a avaliação de desempenho dos servidores é feita exclusivamente com base no cumprimento de normas administrativas, sem considerar resultados alcançados ou competências individuais, refletindo a predominância de práticas burocráticas sobre abordagens mais modernas de gestão.

Julgue os itens a seguir, relativos ao desenvolvimento e capacitação de pessoal, com foco no levantamento de necessidades, programação, execução e avaliação.

109. O levantamento de necessidades de treinamento é realizado exclusivamente para identificar deficiências técnicas dos colaboradores, sem considerar competências comportamentais ou estratégicas requeridas pela organização.

110. A avaliação de um programa de capacitação deve considerar, além do desempenho dos participantes, os resultados obtidos pela organização após a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

GESTÃO DE CONTRATOS (INCLUI LEI Nº 8.112/1990)

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos jurisprudenciais e as disposições contidas na Lei 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

111. A denúncia anônima não pode ser utilizada para instaurar um PAD (Processo Administrativo Disciplinar).

112. A instauração do PAD impede que o servidor seja exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente até a conclusão do processo.

113. O julgamento do PAD sob rito ordinário deve ser realizado no prazo de 20 dias, contados do recebimento do processo pela autoridade julgadora, sendo que a comissão disciplinar deve concluir o PAD no prazo de 60 dias, prorrogáveis por igual período.

114. A gratificação natalina será considerada para o cálculo de outras vantagens pecuniárias, como adicional de horas extras e férias.

115. As férias de um servidor podem ser interrompidas por motivo de convocação eleitoral.

Considerando o disposto na Lei 14.133/2021 em relação aos contratos administrativos, analise os itens a seguir.

116. Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito público.

- 117.** A Administração Pública pode exigir garantias adicionais em contratos administrativos em casos de antecipação de pagamento.
- 118.** A Lei 14.133/2021 não se aplica aos contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 119.** É cabível a responsabilidade solidária do poder público pelos encargos previdenciários inadimplidos pelo contratado.
- 120.** A cláusula exorbitante é uma característica dos contratos administrativos que coloca a Administração em posição de superioridade sobre o particular.
-

Discursiva

A democracia conforme se entende hoje, assenta-se no exercício do poder soberano pelo povo e na extensão dos direitos de cidadania a todos os indivíduos. Se, anteriormente, os soberanos eram os detentores do poder absoluto sobre seus súditos e somente respondiam por seus atos perante Deus, os representantes políticos nos estados modernos devem responder por seus atos perante o povo que os escolheu. Numa democracia, o voto dado a um representante político não lhe concede poder soberano, mas, tão somente, a obrigação de exercer o poder em nome e em benefício do povo. (Bobbio, 2007).

Essa evolução, no entanto, trouxe consigo novas responsabilidades para a sociedade, que se viu instada a responder por uma dupla obrigação: dos cidadãos, de manter uma estreita vigilância sobre o uso do poder concedido àqueles que foram escolhidos para governá-los; e dos governantes de prestar contas das suas ações aos cidadãos que os escolheram. Daí, um dos problemas mais importantes dos regimes democráticos modernos consiste em desenvolver formas e instrumentos de accountability [...]

Fonte: ROCHA, Arlindo Carvalho. Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Universidade do Estado de Santa Catarina.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e mais recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

1. Sua definição;
2. Seus tipos;
3. Situação da *accountability* no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
